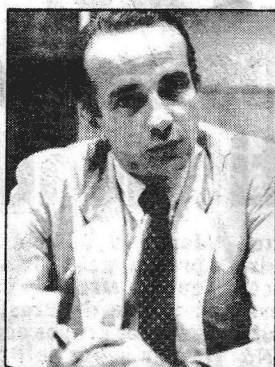


# O CAMINHO

Elogios à política de Maílson. De um

# ESTÁ CERTO

Desindexar preços e salários não é possível — adverte o economista André Lara Resende, um dos únicos a participar do Plano Cruzado e sair com o prestígio intocado após o malogro de 1986. “Com os níveis atuais de inflação — assinala — a economia só pode funcionar indexada. Se a indexação é formal ou informal, não importa. Você pode



André Lara Resende

acabar com a URP, gerar um grande atrito, mas só terá o atrito. Não vai conseguir desindexar nada.”

Ex-diretor da Dívida Pública do BC até o segundo semestre de 1986, Lara Resende, hoje diretor do Banco Garantia de Investimentos, prevê para este ano um déficit público entre 5 e 6% do Produto Interno Bruto, bem acima, portanto, dos 4% perseguidos pelo governo. A previsão não representa, porém, uma crítica à economia brasileira e à equipe econômica.

— A economia está muito melhor do que as pessoas imaginam, e essa constatação, feita a nível privado nos últimos meses, chegou a causar irritação entre os interlocutores. No início do ano, havia a possibilidade de uma desorganização completa por uma hiperinflação ou um congelamento de preços, num programa contendo o **palavrão** em que se transformou a expressão **heterodoxo**. E havia a perspectiva de uma crise recessiva. O crédito por não ter havido uma hiperinflação é dos ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu. Seu discurso moderado, sem radicalismo, está na direção certa, restaurando um mínimo de credibilidade à política econômica. A economia do governo havia sido de tal forma **massagada** e agredida que a proposta de não mexer, de ter menos governo, foi suficiente para afastar os grandes perigos.

Hoje, entende o economista, o setor privado volta a mostrar um dinamismo extraordinário, em decorrência de “um mínimo de estabilidade nas regras do jogo”. Com circunstâncias externas favoráveis (juros, baixo preço do petróleo, crescimento, valorização dos preços de produtos primários), será possível exportar a ponto de obter um superávit entre US\$ 15 e US\$ 16 bilhões este ano. “Como em 1984, o efeito das exportações é muito mais forte do que se imagina. Mais exportações sustentam a renda interna industrial e agrícola, evitando-se a queda que se poderia supor. Não vai haver uma recessão profunda, como indicava o nível de atividade no primeiro trimestre, cujas estatísticas estavam influenciadas pelo comportamento da economia 12 meses atrás. O quadro não é favorável, mas não é tão grave.”

A questão básica, porém, é o déficit público e seus efeitos sobre a inflação. Os quais, por sua vez, definem a retração dos investimentos de longo prazo, em contraste com a elevada capitalização do setor privado — que mostra “inclusive excesso de ativos financeiros em relação ao que as empresas desejariam”. No curto prazo, essa liquidez “acima do

razoável” é até boa, porque permite retomar investimentos. “Mas num segundo momento, este é o fator que poderia gerar uma hiperinflação.”

Lara Resende inclui entre os mitos governamentais a hipótese de que o grau de indexação hoje existente na economia, combinado com inflação estável, impediria a desorganização. “Isto leva ao equívoco de supor que a taxa de inflação não é relevante.” Trata-se, porém, de “um absurdo”, esclarece Resende, já que a inflação é extremamente importante “por seus efeitos nefastos sobre a distribuição de renda e porque é um fator inibidor a prejudicar a taxa de crescimento e modernização da economia”.

Seu principal temor, porém, diz respeito à dificuldade de superar os problemas sem passar pelo trauma de uma hiperinflação. “Eu achava que era possível. Estou começando a achar que não. O Brasil não tem vontade política para cortar o déficit. Quando muito, se consegue brincar com a idéia de manter a inflação alta mas estável.”

— O que é assustador é que parece preciso chegar ao caos para criar a consciência — afirma sobre a incapacidade de atacar frontalmente o déficit público. Lara Resende, a propósito, entende que o déficit deve ser zerado, ou ainda, durante algum tempo, obter um superávit no setor governo, consequência de uma “reforma dolorosa”, na qual é preciso fechar empresas, quebrar resistências, eliminar subsídios e reduzir o quadro de pessoal. (Foi exatamente o que propôs a Sarney em 1986: um sacrifício por dois anos, possível pelo resultado inicial do Cruzado.)

— Embora com inflação permanentemente ascendente, por vários artifícios se consegue esta agonia muito longa, que pode durar uma década ou mais. E sempre é postergada, reduzindo-se um pouco o déficit, mudando-se a equipe econômica, buscando-se um congelamento, numa história semelhante à da Argentina. O resultado é que se compromete seriamente os investimentos e a capacidade de o País ser um ator relevante na economia internacional.

Fábio Pahim Jr.